

Prova Objetiva do I EXAME DE ORDEM / 1997
31.03.97

1) Se afirmamos que, dentre os direitos do advogado, temos os de:

- ingressar, livremente, nas salas de sessões dos tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;
- examinar, em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;
- ser publicamente desagravado, quando ofendido no exercício da profissão ou em razão dela;
- retirar-se do recinto onde se encontre aguardando pregão para ato judicial, após trinta minutos do horário designado e ao qual ainda não tenha comparecido a autoridade que deva presidir a ele, mediante comunicação protocolizada em juízo,

podemos dizer que:

- a) todas as quatro afirmativas estão corretas;
- b) somente as três primeiras afirmativas estão corretas;
- c) somente as três últimas afirmativas estão corretas;
- d) somente a primeira e a última afirmativa estão erradas.

2) No âmbito do Conselho Federal da OAB, o Tesoureiro, o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto da Entidade presidem, respectivamente:

- a) a 3a. Câmara, a 2a. Câmara e a 1a. Câmara;
- b) a 28. Câmara, a 18. Câmara e a 3a. Câmara;
- c) a 1a. Câmara, a 3a. Câmara e a 2a. Câmara;
- d) a 3a. Câmara, a 1ª. Câmara e a 2ª. Câmara.

3) Em qual das situações abaixo transcritas, um advogado, devidamente inscrito na OAB, não terá sua inscrição obrigatoriamente cancelada?

- a) quando perder qualquer um dos requisitos necessários para a inscrição;
- b) quando passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;
- c) quando sofrer penalidade de exclusão;
- d) quando passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.

04) Se dissermos que:

- a incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia;
- a inscrição do estagiário é feita no Conselho Seccional em cujo território

se localize seu curso jurídico;

- a) somente a primeira afirmativa estará correta;
- b) somente a segunda afirmativa estará correta;
- c) as duas afirmativas estarão corretas;
- d) as duas afirmativas estarão erradas.

05) O Advogado "y" possui Inscrição Principal na OAB-SP e Inscrições Suplementares nas Seccionais da OAB do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Atuando como patrono de um cliente seu, na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, dentro do critério permitido pela legislação que norteia a advocacia (até cinco causas, por ano, nos territórios de todas as Seccionais), vem a cometer uma infração disciplinar, perante uma Vara Cível local.

Diante do exposto, qual das Seções da OAB, à luz da Lei 8906/94, terá o poder de punir disciplinarmente o Advogado "Y" ?

- a) OAB- Seccional de São Paulo;
- b) OAB- Seccional do Rio de Janeiro;
- c) OAB- Seccional de Minas Gerais;
- d) OAB- Seccional do Espírito Santo.

06) Determina a Lei 8906/94 que, nos processos em geral da OAB, todos os prazos necessários à manifestação de advogados, estagiários e terceiros, inclusive para interposição de recursos, são de

- a) trinta dias;
- b) quinze dias;
- c) dez dias;
- d) cinco dias.

07) Se indagarmos quais os órgãos da OAB, a resposta correta será:

- a) O Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Subseções; os Tribunais de Ética.
- b) o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Caixas de Assistência dos Advogados; os Tribunais de Ética.
- c) o Conselho Federal; os Conselhos Seccionais; as Subseções; as Caixas de Assistência dos Advogados.
- d) os Conselhos Seccionais; as Subseções; os Tribunais de Ética; as Caixas de Assistência dos Advogados.

08) Examinemos as seguintes afirmativas:

I - É direito e dever do advogado assumir a defesa criminal, sem considerar sua própria opinião sobre a culpa do acusado;

II - É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.

Ao analisá-las, à luz do Código de Ética e Disciplina da OAB, podemos dizer que:

- a) somente a primeira afirmativa está correta;
- b) somente a segunda afirmativa está correta;
- c) as duas afirmativas estão corretas;

d) as duas afirmativas estão erradas.

09) Quem é competente para "editar e alterar o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina, e os Provimentos que julgar necessários" ?

a) o Conselho Federal da OAB;

b) a Conferência Nacional dos Advogados;

c) o Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais;

d) cada Conselho Seccional.

10) Se dissermos que, no âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil, "Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral, Secretário-Geral Adjunto e Tesoureiro" é a composição da Diretoria

- do Conselho Federal da OAB;

- da OAB - Seção do Distrito Federal;

- da OAB - Seção de São Paulo;

- da OAB - Seção de Rondônia,

podemos afirmar que:

a) somente a primeira afirmativa está correta;

b) somente a segunda afirmativa está correta;

c) somente a primeira afirmativa está errada;

d) todas as afirmativas estão corretas.

11) O julgamento, tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal, será objeto de:

a) Acórdão precedente

b) Voto divergente

c) Súmula

d) Nenhuma está correta

12) Recaindo a penhora em bens imóveis pertencentes ao casal, em processo de execução, será:

a) citado, também, o cônjuge do devedor;

b) dado prazo para a parte argüir, que não foi observada a gradação estatuída no artigo 655 do CPC;

c) notificado o titular do Registro de Imóveis;

d) intimado, outrossim, o cônjuge do devedor.

13) Havendo conexão ou continência, o Juiz, de Ofício ou a requerimento de qualquer das partes:

a) determinará, ouvida a parte contrária, a imediata contestação da matéria alegada pela parte ex adversa;

b) pode ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente;

c) dará prazo a parte contrária para alegar qualquer tipo de "exceção de incompetência";

d) Nenhuma está correta.

14) A prova pericial será indeferida quando:

- a) a perícia se revestir de forma solene;
- b) a verificação for impraticável;
- c) os elementos de livre convicção do juiz são suficientes para o deslinde dos fatos;
- d) Nenhuma está correta.

15) Em que prazo deverá o agravante requerer a juntada, aos autos do processo de cópia de petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso:

- a) no prazo de cinco dias;
- b) no prazo de dez dias;
- c) no prazo de três dias;
- d) nenhuma está correta.

16) Consideram-se bens móveis para o efeito de lei:

- a) os direitos de vizinhança;
- b) os direitos de autor;
- c) os direitos sucessórios;
- d) Nenhuma está correta.

17) A validade de um ato jurídico requer:

- a) personalidade;
- b) a formação de um ato com interesse difuso;
- c) agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei;
- d) escritura pública ou instrumento particular assinado pelas partes contratantes.

18) Reputam-se frutos naturais e industriais os colhidos e percebidos, logo que são separados; já os frutos civis são:

- a) frutos resultantes da vontade dos contratantes e reputam-se percebidos dia por dia
- b) frutos oriundos do calendário civil
- c) frutos de colheitas resultantes de contrato anterior
- d) frutos de mero deleite e aformoseamento da obra contratada

19) Para as despesas de conservação ou divisão da coisa, o condômino é obrigado a concorrer:

- a) uma vez que a obra tenha sido aprovada pela legislação pertinente;
- b) na proporção de sua quota parte;
- c) sempre que houver o comparecimento de todos os proprietários no local em que se realizou a obra;
- d) Nenhuma está correta.

20) O credor da coisa certa:

- a) pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa;
- b) pode aceitar outra coisa, desde que haja abatimento do preço;
- c) pode aceitar receber outro bem, mas sempre que estiver de acordo com as condições pré-estabelecidas no negócio jurídico;
- d) não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.

21) Sendo o MP “senhor da ação penal” , pode o promotor, ao oferecer o libelo se despartar da capitulação contida na pronúncia:

- a) Se a pronúncia não capitular adequadamente a infração cometida;
- b) No caso de tentativa;
- c) Se houver benefício para o réu;
- d) Em nenhuma hipótese.

22) As testemunhas do MP ouvidas em plenário do júri, foram arroladas na/no:

- a) Defesa Prévia;
- b) Denúncia;
- c) Pronúncia;
- d) Libelo.

23) Assinado o termo de apelação, o apelante e depois dele, o apelado, terão 8 dias para apresentar suas Razões. Salvo no caso de:

- a) Crimes culposos;
- b) Crimes dolosos contra a vida;
- c) Crimes apenados com detenção;
- d) Contravenções penais.

24) A ação penal se inicia com

- a) A citação do acusado;
- b) O oferecimento da denúncia;
- c) O recebimento da denúncia;
- d) O interrogatório.

25) Na Apelação, talqualmente o Recurso em Sentido Estrito, o Juiz pode se retratar

- a) Se o crime não for doloso contra a vida;
- b) Se a pena não for superior a 6 anos;
- c) Se o réu for primário e de bons antecedentes;
- d) Nenhuma das alternativas.

26) O inquérito, no caso de competência da Polícia Federal, estando o réu preso, deve ser concluído no prazo de

- a) 15 dias, podendo ser prorrogado por mais quinze a pedido da autoridade policial;
- b) Não pode ser prorrogado em hipótese alguma;
- c) Somente se o crime não for contrabando;
- d) NDA.

27) José ao receber a nota de culpa recusou-se

- a) A assiná-la, o que é fato irrelevante;
- b) Duas pessoas testemunharam a apresentação da NC a José e declararam, nela, o fato de José de recusar a assiná-la;
- c) O delegado declarou o fato na própria NC;
- d) Outro preso assinou por José.

28) João, no mesmo processo, foi condenado por um crime, a 3 anos de reclusão e absolvido quanto a outro crime. O MP apelou quanto à parte da decisão que absolveu o réu. Contudo, o Tribunal entendendo que a pena de 3 anos foi aplicada com muita benevolência, aumentou para 4 anos e seis meses.

- a) Agiu certo o Tribunal;
- b) O Tribunal ofendeu a regra proibitiva do *reformatio in pejus*;
- c) Agiu certo o Tribunal, se o réu reincidente;
- d) NDA.

29) Dr. Jorge, advogado de Francisco e Dr. Salomão advogado de Manoel, acharam não ser conveniente para a defesa fossem os dois julgados na mesma sessão. Como deverão proceder? Indique a alternativa correta.

- a) Requererão ao Juiz desmembrar o julgamento, indicando eles qual o réu que deverá ser julgado primeiramente.
- b) Requererão ao Juiz desmembrar o julgamento, deixando a critério do magistrado indicar o réu que deverá ser julgado primeiramente.
- c) Combinarão que suas manifestações com referência à aceitação ou recusa dos jurados serão contrárias. Isto é, quando o primeiro aceitar o jurado o outro recusará ou vice-versa, e assim por diante.
- d) Um dos dois advogados simulando enfermidade apresentará, de véspera, atestado médico, e, assim será julgado o réu cujo advogado comparecer à sessão.

30) Dr. Ferraz, promotor de justiça, sabendo ser impossível evitar o desmembramento se os defensores adotarem o procedimento correto, para julgar primeiramente o réu que lhe parece mais conveniente, agiu de uma das formas abaixo. Indique a alternativa certa.

- a) Ponderará com o Juiz da conveniência de julgar em primeiro lugar o réu tal;
- b) Acompanhará a manifestação do advogado, com referência à recusa ou aceitação, do réu que ele achar conveniente julgar primeiro. Isto é, se quiser julgar Manoel acompanhará a manifestação do Dr. Salomão, se quiser julgar Francisco acompanhará o Dr. Jorge;
- c) Aceitará todos os jurados que forem sorteados;
- d) Pedirá aos advogados para não cindirem o julgamento.

31) A garantia constitucional em relação a empregada gestante veda a dispensa arbitrária ou sem justa causa:

- a) desde a concepção até 90 dias após o parto;
- b) desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto;
- c) desde o primeiro mês de gravidez até 120 dias após o parto;
- d) desde a confirmação de gravidez até o dia do nascimento da criança.

32) A reclamação trabalhista de empregado rural poderá ser ajuizada:

- a) até dois anos após a extinção do contato;
- b) até cinco anos após a extinção do contrato de trabalho;
- c) até o quinto dia após a rescisão contratual;
- d) somente enquanto perdurar o contrato de trabalho, prescrevendo todos os direitos trabalhistas do trabalhador no dia imediatamente seguinte à rescisão contratual.

33) São assegurados, à categoria dos trabalhadores domésticos, entre outros, os seguintes

direitos trabalhistas:

- a) salário mínimo, décimo terceiro salário, FGTS, adicional noturno;
- b) horas extras, férias, décimo terceiro salário, adicional de insalubridade;
- c) aviso prévio, licença paternidade, férias anuais, repouso semanal remunerado;
- d) décimo terceiro salário, aviso prévio, férias anuais, adicional por atividade penosa.

34) Com relação a demissão do empregado deverão ser observados os seguintes preceitos:

- a) pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão contratual, firmado por empregado com mais de um ano de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho;
- b) o instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá conter, discriminadamente, todas as parcelas e os valores que estão sendo pagos, sendo válida a quitação somente em relação a essas parcelas;
- c) o pagamento das verbas rescisórias deverá ser efetuado até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

35) Será considerado empregado aquele que:

- a) sendo pessoa física, tenha firmado contrato verbal com o empregador, por prazo determinado;
- b) sendo pessoa física, tenha firmado contrato escrito para prestação de determinado serviço, com valor e prazo certo;
- c) sendo pessoa jurídica, tenha firmado contrato por prazo indeterminado, para prestação de serviços de limpeza;
- d) nenhuma das alternativas anteriores estão corretas.

36) A notificação postal presumir-se-á recebida:

- a) 24 horas depois de sua regular expedição e o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova da Empresa de Correios e Telégrafos;
- b) 48 horas depois de sua regular expedição e o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova do remetente;
- c) 48 horas depois de sua regular expedição e o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constituem ônus de prova do destinatário;
- d) somente se assinada e datada pessoalmente pelo destinatário, com a devolução do Aviso de Recebimento - AR a Junta de Conciliação e Julgamento.

37) Se o valor fixado para a causa não exceder de 2 (duas) vezes o salário mínimo vigente na sede do juízo:

- a) será indispensável a tomada dos depoimentos das partes e de suas testemunhas;
- b) o Juiz Presidente não poderá impulsioná-la (a causa) de ofício;
- c) caberá a interposição de recurso ordinário para o Tribunal Regional do Trabalho pela parte vencida;
- d) salvo se versarem sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá da sentença proferida nessa causa.

38) Em caso de conciliação entre reclamante e reclamado:

- a) o termo que for lavrado pela Junta de Conciliação e Julgamento valerá como decisão irrecorrível, podendo ser desconstituído apenas com o ajuizamento de ação rescisória;
- b) o termo que for lavrado pela JCJ terá força de sentença, podendo, contudo, ser atacado mediante recurso ordinário para o Tribunal Regional do trabalho;
- c) o termo que for lavrado pela JCJ terá força de sentença e poderá ser atacado mediante a interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal" desde que a matéria em debate verse sobre questão constitucional;
- d) a sentença homologatória do acordo somente terá validade se devidamente chancelada pelo Ministério Público do Trabalho.

39) A ausência do reclamante à audiência dita inaugural acarreta:

- a) a aplicação das penas de confissão e revelia;
- b) o prosseguimento do feito com a oitiva do depoimento das testemunhas presentes e do reclamado ou seu preposto;
- c) o julgamento, de plano, da improcedência da reclamação;
- d) o arquivamento da reclamação trabalhista.

40) Com relação a prazos processuais é correto afirmar:

- a) que o prazo para interposição de recurso de revista é de 8 (oito) dias, se o reclamado for fundação de direito público federal que não explore atividade econômica;
- b) que o prazo para interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal contra última decisão do Tribunal Superior do Trabalho é de 8(oito) dias;
- c) que o prazo para oposição de embargos de declaração contra sentença proferida por Junta de Conciliação e Julgamento é de 48 (quarenta e oito) horas;
- d) que o prazo para oferecimento de agravo regimental contra despacho de Ministro do TST que nega seguimento a recurso de revista é de 8(oito) dias, contados da publicação dele no Diário da Justiça.

41) Nos Termos do Sistema Tributário Nacional vigente não é hipótese para a instituição de Empréstimo Compulsório:

- a) conjuntura econômica que exija absorção temporária de poder aquisitivo.
- b) calamidade pública.
- c) guerra externa ou sua iminência.
- d) investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

42) A Colocação de um serviço público específico e divisível à disposição dos contribuintes e o benefício trazido por uma obra pública ao proprietário de um imóvel justificam a instituição e a exigência, respectivamente:

- a) de uma taxa e de um imposto.
- b) de uma taxa e de uma contribuição de melhoria.
- c) de uma contribuição de melhoria e de uma taxa.
- d) de um imposto e de uma contribuição de melhoria.

43) Para aumentar a arrecadação tributária do Município, o Prefeito de Cajazeiras-PB poderá:

- a) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo o aumento das alíquotas do ICMS.

b) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo aumentar as alíquotas do Imposto Territorial Rural.

c) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo aumentar a alíquota do Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos".

d) enviar mensagem à Câmara de Vereadores propondo alterar a base de cálculo da Taxa de Limpeza Pública, passando a ser a mesma do IPTU.

44) São modalidades de exclusão do crédito tributário:

a) o lançamento e a moratória.

b) o pagamento e a remissão.

c) a anistia e a moratória.

d) a isenção e a anistia.

45) Analise a opção errada.

a) a lei que aumenta a contribuição para a seguridade social publicada no dia 31 de março de 1997 somente permite a cobrança do tributo a partir do dia 01.01.98.

b) o sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se: contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.

c) a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, da Constituição Federal permite que se institua imposto sobre o patrimônio, renda ou serviços do Sindicato Patronal da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal.

d) é permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos de competência dos Estados, DF e Municípios para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.

46) "Cabra da Peste", cidadão brasileiro, de Cajazeiras-PB, pretende ingressar no serviço público e passa por várias fases, até ficar de tal modo vinculado ao cargo, que somente após processo administrativo, ou sentença penal transitada em julgado, é que pode ser demitido. As sucessivas fases pelas quais passa estão dispostas na seguinte ordem:

a) aprovação em concurso, nomeação, posse, exercício, estágio probatório e estabilidade.

b) aprovação em concurso, exercício, nomeação posse, estágio probatório e estabilidade.

c) posse, nomeação, exercício, aprovação em concurso público, estágio probatório e estabilidade.

d) aprovação em concurso público, exercício, estágio probatório, nomeação e estabilidade.

47) Ato lesivo ao erário público poderá ser impugnado por qualquer cidadão mediante:

a) mandado de segurança.

b) ação popular.

c) mandado de injunção.

d) mandado de segurança coletivo.

48) A natureza jurídica das terras devolutas, indispensáveis à defesa das fronteiras, é a de:

a) bens públicos dominicais estaduais.

b) bens públicos de uso comum do povo federais .

- () c) bens públicos dominicais federais.
() d) bens públicos de uso especial federal.

49) o ato administrativo é espécie do gênero:

- () a) ato complexo.
() b) ato de gestão.
() c) ato vinculado.
() d) ato jurídico.

50) A modalidade de licitação entre interessados previamente registrados, observada a necessária habilitação, toma o nome técnico de:

- () a) tomada de preços.
() b) convite.
() c) leilão.
() d) concorrência pública.

GABARITO DA PROVA OBJETIVA DO I EXAME DE ORDEM DE 1997

QUESTÃO	RESPOSTA
1	A
2	D
3	B
4	C
5	C
6	B
7	C
8	C
9	A
10	D
11	C
12	D
13	B
14	B
15	C
16	B
17	C
18	A
19	B
20	D
21	D
22	D
23	D

QUESTÃO	RESPOSTA
26	A
27	B
28	B
29	C
30	B
31	B
32	A
33	C
34	D
35	A
36	C
37	D
38	A
39	D
40	D
41	A
42	B
43	C
44	D
45	A
46	A
47	B
48	C

24	C
25	D

49	D
50	A